

POLUIÇÃO DO AR

PÓ PRETO

MEDIÇÃO VOLTA EM ABRIL,

MAS PROBLEMA CONTINUA

Iema vai monitorar a poluição após 10 meses sem análises

✉ **MAÍRA MENDONÇA**
mmendonca@redgazeta.com.br

Após quase 10 meses sem verificar o nível de poluição provocada pela poeira sedimentada – mais conhecida como pó preto –, o Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Iema) voltará a realizar as medições em toda a Grande Vitória a partir de abril.

Mas, apesar de aprovarem a retomada dos trabalhos, moradores que convivem com o problema todos os dias ainda reclamam da falta de providências para que uma solução definitiva seja encontrada.

Os últimos dados obtidos através das medições datam de junho do ano passado, já que depois disso, o laboratório Tommasi, que era responsável pelo serviço, decidiu não renovar o contrato em função da defasagem dos preços. Uma nova licitação foi aberta e a mesma empresa será responsável pelas medições.

De acordo com a diretora-presidente do Iema, Andreia Carvalho, os novos coletores (espécie de baldes que coletam a poeira) já estão sendo instalados nas 10 estações da rede manual. O recolhimento do material é feito todo mês, mas, até o ano passado, o resultado das análises demorava cerca de três meses para ser informado. Agora, a ideia é acelerar.

“Vamos ter que otimizar esse prazo. O objetivo é que em até 45 dias o resultado já esteja no nosso



EDSON CHAGAS

Estação de qualidade do ar em Jardim Camburi. Situação foi mostrada em A GAZETA



site”, afirma Andreia.

PREOCUPAÇÃO

Sem as medições não se sabe ao certo o quanto de poeira tem circulado pelo ar, mas para o diretor da Associação de Moradores da Enseada do Suá, Rodrigo Borges, uma coisa é certa: a quantidade é grande e continua a invadir as casas em muitas regiões.

“É preciso saber o que vai ser feito caso o nível de poluição ultrapasse o limite estabelecido. É necessário que haja uma punição, que até hoje não ocorreu. As pessoas precisam viver com suas casas fechadas. Com isso o lugar fica quente e até os gastos com ar-condicionado são maiores”, reclama o diretor, que lamenta também o fato de as medições só retornarem após o fim do verão, quando a poluição mais incomoda.

O padrão máximo de poeira aceitável do qual Rodrigo fala é de 14 gramas por metro quadrado recolhidos durante 30 dias, conforme estabelece o decreto esta-

VIGILÂNCIA



“Não vamos descansar enquanto o incômodo para a população persistir. Vamos exigir mais controle”

ANDREIA CARVALHO
DIRETORA-PRESIDENTE DO IEMA

dual número 3463-R. Segundo Andreia Carvalho, caso o limite seja ultrapassado em alguma das estações, é feito um mapeamento para descobrir de onde vem a poeira, incluindo a análise de condições meteorológicas, como a direção do vento; a realização de obras públicas e os trabalhos de varrição de ruas.

“Aí temos condições de agir. Suponhamos que uma das contribuidoras seja uma empresa licenciada por nós (como a Vale e a ArcelorMittal), nós olhamos os dados de monitoramento que elas enviam mensalmente ao Iema e avaliamos se alguma fonte saiu fora do padrão es-

CONTROLE

Sem medições

▼ **Há quase 10 meses**
A última medição dos índices de pó preto é de junho de 2016. Depois disso, a empresa que fazia o trabalho rompeu o contrato e o trabalho parou. Mas o Iema reforça que só a medição do pó não era feita. Já a de outros poluentes, como dióxido de enxofre, monóxido de carbono e óxido de nitrogênio nunca parou.

Retomada

▼ **No próximo mês**
O laboratório Tommasi voltará a fazer medições do pó preto.

Monitoramento

▼ **Existem 10 estações**
São 10 unidades de monitoramento. O limite estabelecido para a poeira sedimentada é de 14 gramas por metro quadrado a cada 30 dias.

tabelecido. A partir disso pode ser dada uma intimação, uma advertência ou até uma multa”, explica.

FISCALIZAÇÃO

Andreia reforça que a fiscalização nas empresas tem ocorrido de semana a semana e que determinações para reduzir a poeira, como a aplicação de polímero nas pilhas de estocagem e limpeza do píer, já foram feitas. O Iema vem trabalhando na renovação da licença ambiental da Vale e pretende iniciar os trabalhos com a Arcelor, a fim de impor novos ajustes. “Não vamos descansar enquanto o incômodo para a população persistir”.

POLUIÇÃO DO AR

COMITÊ QUER QUE EMPRESAS
PAGUEM POR MEDIÇÃO DO PÓ

MPF, MPES e moradores se reúnem para buscar soluções

MAÍRA MENDONÇA
mmendonca@redgazeta.com.br

O tema pó preto é também o alvo de uma comissão montada por representantes do Ministério Público Estadual e Federal junto à associações da sociedade civil, do governo do Estado, da Vale e da Arcelor-Mittal, que se reunirá hoje pela terceira vez.

Em nota, o Ministério Público Federal não disse sobre o que tratará o encontro, mas afirmou que os trabalhos estão em andamento, ainda em fase inicial. “A intenção da comissão além de fazer com que as empresas arquem com os custos da medição da poluição, é também encontrar caminhos para a redução da emissão de poluentes”, declarou.

Enquanto novas soluções não são encontradas, lideranças comunitárias aprovam a volta da medição da poeira sedimentada por parte do Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Iema), mas não acreditam que o fim do incômodo está próximo. Para Enock Sampaio, presidente da Associação Comunitária de Jardim Camburi, conhecer os índices é apenas o primeiro passo.

“Sabemos que o problema existe, mas a questão é o que será feito de agora em diante. A situação é a mesma, o índice de pó é grande e ninguém consegue manter as casas abertas. A limpeza precisa ser diária”, reclama ele.

A distância pode ser maior, mas o incômodo gerado pelo pó preto é capaz de ultrapassar pontes, chegando até Vila Velha, conforme conta o presidente da Associação de Moradores da Praia da Costa, Gilson Pacheco.

“O índice de poluição é imenso. E ao longo dos anos essa medição que é feita não tem dado resultados efetivos. Tem deixado a desejar”, afirma.

Problemas

O apartamento onde Leon mora, em Jardim Camburi, pode ser limpo todos os dias, mas o pó preto está sempre lá. A poeira é tanta que já lhe causou problemas de saúde.

“Há um ano tive que operar o nariz por problemas respiratórios. Um dos motivos foi o pó preto”

LEON MONDRINE
UNIVERSITÁRIO, 23

EDSON CHAGAS

Empresa recebeu 27 multas em 16 anos

◊ A Vale recebeu 27 multas nos últimos 16 anos, pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Seama). Dez estão em análise e quatro em cobrança. As outras 13 estão arquivadas porque foram ou quitadas ou convertidas em prestação de serviços

ambientais ou canceladas. A maioria ocorreu por causa de lançamentos de efluentes na água e na atmosfera. Há multas também, em fase de recurso, pela Prefeitura de Vitória, que somadas chegam a R\$ 34.236.715,96 para a empresa.

ABAIXO DO LIMITE

Segundo a diretora-presidente do Iema, Andreia Carvalho, normalmente o índices de medição não indicam ultrapassagem do limite de pó preto estabelecido, isto é, 14 gramas por metro quadrado, recolhidos ao longo de 30 dias.

“Exceto no verão, quando certas estações de monitoramento, por conta da incidência do vento nordeste, por exemplo, recebem mais partículas. Coincide com o aumento das reclamações”, explica Andreia.

Mas para o ambienta-

lista e presidente da ONG Juntos SOS Ambiental, Eraylton Moreschi, o padrão máximo estabelecido é muito alto e, por isso, difícil de ser alcançado, beneficiando as empresas poluidoras. “É absurdo, é inadmissível”, exclama ele, que ainda defende a regionalização do padrão, para que critérios diferentes de análise sejam adotados conforme a região.

“A poluição do pó é sentida mais nas regiões mais próximas ao Complexo de Tubarão. Já em outros lugares ela é totalmente diferente”, argumenta ele.

OUTRO LADO

Convênio para custear a operação

◊ Diante da intenção da nova comissão de fazer com que empresas poluidoras paguem pelas medições de poluição do pó preto, a Vale informou que já participa de um convênio com o Iema junto a outras empresas para repassar recursos para custear a operação da rede automática de monitoramento do ar da Grande Vitória, “com o objetivo de medir a qualidade do ar, dar transparência aos dados e ter subsídio para orientar investimentos e ações objetivas que possam contribuir com a redução das suas emissões”. A ArcelorMittal também participa do mesmo convênio. A empresa reforça que participará da reunião da co-

missão marcada para hoje e que está comprometida com discussões técnicas que promovam a melhoria da qualidade do ar da Grande Vitória. Em nota, acrescenta que está em execução um investimento de cerca de 400 milhões de reais no controle ambiental de processos sob sua responsabilidade. “Além disso, a Arcelor-Mittal Tubarão também adotou proativamente, pelo 23º ano consecutivo, o Plano Verão, focado em garantir ainda mais eficiência aos sistemas de controle de emissões atmosféricas nessa época do ano, quando são registrados alto nível de insolação e ventos fortes, típicos da estação”, frisou a siderúrgica.

LIDERANÇAS



“É importante haver medição por quatro anos para se ter uma tendência dos índices. Essa tendência foi perdida no tempo”

ERAYLTON MORESCHI
PRESIDENTE DA
JUNTOS SOS AMBIENTAL

“O trabalho não fica só na fiscalização, pois a poluição continua chegando às nossas casas”

PAULO PEDROSA
PRESIDENTE DA
ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS
DA PRAIA DE CAMBURI

“A medição do pó é um passo. A questão é o que será feito de agora em diante com esses dados”

ENOCK SAMPAIO
PRESIDENTE DA
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA
DE JARDIM CAMBURI